

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -  
PLAGEDER**

ALEXANDRE MOREIRA DA COSTA

**ESTUDO DE CASO DE UMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DE PANIFICAÇÃO  
NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES DO SUL-RS.**

**TRÊS PASSOS  
2013**

**ALEXANDRE MOREIRA DA COSTA**

**ESTUDO DE CASO DE UMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DE PANIFICAÇÃO  
NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES DO SUL-RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural .

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Susana Cardoso

Coorientador: Tutor MSc. Marcelo Pinto Paim

**TRÊS PASSOS**

**2013**

**ALEXANDRE MOREIRA DA COSTA**

**ESTUDO DE CASO DE UMA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DE PANIFICAÇÃO  
NO MUNICÍPIO DE TIRADENTES DO SUL-RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (\_\_\_\_\_)

---

Profª Drª Susana Cardoso  
Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Glauco Schultz  
UFRGS

---

Prof. Msc. Maicon Schubert  
UFRGS

Três Passos, 04 de julho de 2013.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela dádiva da vida, com muita saúde, harmonia e sabedoria.

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho especialmente aos meus pais, Adalberto e Vera, pelos ensinamentos transmitidos, com muito amor e carinho, onde sempre me deram força, para que eu conseguisse atingir o caminho da vitória. Muito obrigado!

Gostaria de agradecer a minha esposa Aline pelos anos de convívio, com muito amor, carinho e cumplicidade. Amo-te.

Ao meu filho Gabriel, aos meus irmãos e meus familiares; pelo amor, carinho, amizade, pela força, além dos incentivos e ensinamentos. Adoro vocês.

Aos meus colegas, professores e tutores; obrigado por tudo.

Gostaria de agradecer em especial a minha orientadora professora Dra. Susana Cardoso e também ao Tutor MSc. Marcelo Paim, que disponibilizaram seus conhecimentos, com muito empenho e sabedoria, para que eu pudesse concluir mais essa graduação. Muito obrigado.

Ao Pólo de Três Passos e todos aqueles que fazem parte desta família, por oportunizar mais essa conquista. Obrigado.

Aos agricultores familiares e também as agroindústrias familiares de Tiradentes do Sul, que disponibilizaram seus espaços para a realização de estágios e em especial a agroindústria de panificação da esquina limeira, através de suas componentes, pela oportunidade da realização do presente estudo.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade e pela qualidade de ensino, sendo uma referencia perante o restante do país. Dessa forma, me proporcionou cursar o PLAGEDER e complementar a minha formação anterior de Medicina Veterinária. Muito obrigado.

## RESUMO

O trabalho foi desenvolvido na Agroindústria de Panificação Esquina Limeira, localizada no município de Tiradentes do Sul, região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O presente estudo teve como objetivo a caracterização da agroindústria de panificação, desde seu contexto histórico-cultural, analisando os canais de comercialização da produção agroindustrial e avaliando a importância das políticas públicas para os agricultores familiares envolvidos. A pesquisa se caracterizou como um estudo exploratório baseado em um estudo de caso, com coleta de informações secundárias e primárias. Foram realizadas entrevistas com as proprietárias da agroindústria estudada, através de um formulário semi-estruturado. Utilizou-se a metodologia de caráter qualitativo para coleta de dados e análise de conteúdo. Percebeu-se o esforço de quatro agricultoras familiares na criação da agroindústria pesquisada, juntamente com o apoio de entidades públicas e a existência da valorização do saber-fazer local na produção agroindustrial de pães, cucas, massas e bolachas. Identificou-se que mais de 50% da matéria-prima utilizada na agroindústria é adquirida de terceiros e que existem diversos canais de comercialização que são utilizados pela agroindústria referida, onde se destaca a venda para os mercados institucionais. Pode-se ainda destacar a importância das políticas públicas existentes a nível municipal, estadual e federal que oportunizam aos agricultores familiares envolvidos na agroindústria pesquisada, principalmente, a possibilidade de agregação de valor aos produtos agroindustriais, diversas linhas de crédito e melhoria de renda para as famílias envolvidas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Agroindústria, Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira, Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The work was developed in Agribusiness bakery Corner Limeira, in the municipality of Tiradentes do Sul, northwestern region of the State of Rio Grande do Sul, Brazil. The present study had as objective the characterization of bakery industry, since its historical and cultural context, analyzing the marketing channels of agro-industrial production and evaluating the importance of public policies for the farmers involved. The research has been characterized as an exploratory study based on a case study, with primary and secondary information collection. Interviews were conducted with the owners of agribusiness studied, through a semi-structured form. We used the methodology of qualitative character for data collection and analysis of content. It was realized the effort of four family farmers in the creation of agro-searched, along with the support of public entities and the existence of the appreciation of the local know-how in agro-industrial production of bread, pies, pasta and crackers. It was identified that more than 50% of the raw material used in agribusiness is purchased from third parties and that there are several sales channels that are used by agribusiness, where stands out the sale to institutional markets. You can still highlight the importance of public policies on local, State and federal level that create opportunities for farmers involved in agri-food research, mainly, the possibility of adding value to the agro-industrial products, various lines of credit and improvement of income for the families involved.

**KEYWORDS:** Agroindustry, Agroindustry Limeira Corner Bakery, Public Policies.

## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque o município de Tiradentes do Sul..... 32**
- Figura 2 – Imagem da frente da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira.. 37**

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1 – Origem da matéria-prima das agroindústrias familiares do CAAF (2006).. 21**
- Tabela 2 – Relação dos produtos, produção mensal, preço do Kg, receita bruta mensal da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira..... 40**



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Estratificação fundiária do município de Tiradentes do Sul - RS.....</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 2 – Canais de comercialização realizados pela Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira.....</b>	<b>42</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAAF:** Caracterização e Análise das Agroindústrias Familiares da região do Médio Alto Uruguai
- CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSEA:** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- COOPAFSUL:** Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul
- COTRICAMPO:** Cooperativa Triticola Mista Campo Novo Ltda.
- COTRIMAIO:** Cooperativa Agro-pecuária Alto Uruguai Ltda.
- DACA:** Departamento da Agricultura Familiar, Comercialização e Abastecimento
- DAP:** Declaração de Aptidão ao PRONAF
- EMATER:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO:** Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FNDE:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA:** Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAE:** Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SDR:** Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
- SMDA:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
- SME:** Secretaria Municipal de Educação
- STR:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	14
2.2 PLURIATIVIDADE.....	16
2.3 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.....	18
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIRADENTES DO SUL-RS.....</b>	<b>31</b>
<b>5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>35</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO DA ESQUINA LIMEIRA.....	35
5.2 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO DA ESQUINA LIMEIRA.....	41
5.3 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário aplicado às proprietárias da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira - Tiradentes do Sul – RS.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO 1 – Planta baixa da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira.....</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é requisito fundamental para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural do Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. A pesquisa foi desenvolvida no município de Tiradentes do Sul-RS, na Agroindústria Familiar de Panificação da Esquina Limeira.

A justificativa deste estudo se dá pelo fato do município de Tiradentes do Sul ser constituído por pequenas propriedades rurais, onde predomina a agricultura familiar, sendo que o surgimento de agroindústrias familiares contribui para a manutenção dos agricultores no campo e também agrega valor aos produtos agroindustrializados. Além disso, a escolha por esta pesquisa se motivou pelo fato que a agroindústria familiar é uma forma de reprodução social importante na valorização dos agricultores familiares nela envolvidos. Dessa forma, a criação de agroindústrias familiares exerce papel importante na geração de empregos formais e informais, melhorando a renda das famílias, através da criação de produtos diferenciados (PIES, 2006).

A agricultura familiar, por estar inserida num mercado competitivo, necessita de diversificação na produção e de diferenciação de seus produtos. Uma das formas de diferenciação é a agroindústria familiar, pois é uma alternativa para incrementar a renda da família e um meio de utilização dos produtos excedentes (NEUMANN et al., 2007 )

Para Pies (2006), na lógica de organizar processos produtivos, a agricultura familiar permite constituir alternativas econômicas para a permanência das famílias no meio rural, promovendo a inclusão social e criando oportunidade para a geração de renda das mesmas.

Nesse sentido,

A agroindústria familiar, além de promover uma melhor racionalização da mão-de-obra existente nas propriedades, é uma fonte de agregação de valor ao produto in natura, gerando renda e trabalho, aumentando assim, a auto-estima de agricultores(as) e jovens agricultores(as). O incentivo a essa alternativa no contexto da agricultura familiar tem sido objeto de várias iniciativas por parte de instituições governamentais e não governamentais (NEUMANN et al., 2007, p. 1-2).

Para Pelegrini e Gazolla (2008, p.76 ), “a industrialização artesanal de alimentos possui um caráter cultural e histórico, constituindo-se numa prática inerente às unidades de produção familiares”. Os mesmos autores afirmam que,

Pelo meio da agroindustrialização, através de pequenas agroindústrias, alguns grupos de agricultores familiares estão construindo uma estratégia para manterem-se no meio rural, agregando valor ao produto agropecuário e, conseqüentemente, aumentando a renda familiar. Para tanto, lançam mão de conhecimentos e práticas de elaboração de produtos, que há centenas de anos desenvolvem e, também, de recursos disponíveis dentro de suas unidades de produção (PELEGRINI E GAZOLLA, 2008, p. 76).

Oliveira et al. (1999) destaca que,

A agregação de valor gerada pelo beneficiamento ou a transformação dos produtos agrícolas ganha importância, determinando, a própria viabilização de inúmeras pequenas propriedades rurais. Além de ser uma alternativa econômica para o aumento da renda dos agricultores, através da agregação de valor ao produto, a viabilização das agroindústrias familiares tem sua importância sócio-cultural, que possibilita o resgate, pelos agricultores, desta atividade que no decorrer dos tempos desempenhou e, gradativamente, foi expropriada pelas grandes agroindústrias (p. 8).

Sendo assim, a criação das agroindústrias familiares no município de Tiradentes do Sul/RS foram incentivadas por várias entidades municipais (Escritório municipal da EMATER, Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR, Cooperativa de Crédito Cresol, Igreja Católica, etc.) e também pelo poder público municipal, que através da Lei municipal nº 607 de 07 de outubro de 2009, criou o Programa de Incentivo as agroindústrias familiares rurais, instituindo o Comitê Municipal de Fomento a Agroindustrialização (composto por sete membros de diversas instituições), importantes para dar apoio e suporte técnico, além de outras ações fundamentais para o surgimento de novas agroindústrias (TIRADENTES DO SUL, 2009).

O município de Tiradentes do Sul- RS possui três agroindústrias familiares formais, sendo uma agroindústria de queijo, uma agroindústria de derivados de cana-de-açúcar e uma agroindústria de panificação. A escolha pela agroindústria de panificação como objeto deste estudo se deu por ser a que tem a maior diversificação de produtos agroindustrializados e também por a única que comercializa seus produtos, na sua maioria, para os mercados institucionais, principalmente para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O objetivo geral da pesquisa foi caracterizar a Agroindústria Familiar de Panificação da Esquina Limeira no município de Tiradentes do Sul, procurando compreender o seu contexto histórico-cultural desde a sua criação, analisando a comercialização dos produtos agroindustriais e avaliando a importância das políticas públicas para os agricultores familiares envolvidos neste processo.

Os objetivos específicos propõem-se a:

- Caracterizar a Agroindústria Familiar de Panificação da Esquina Limeira nos seus aspectos produtivos, históricos e culturais;
- Analisar os canais de comercialização dos produtos agroindustriais realizados pela agroindústria de panificação;
- Avaliar a importância das políticas públicas existentes para os agricultores familiares envolvidos na agroindústria familiar estudada.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresentará as principais linhas de pensamento sobre a teoria abordada neste estudo, que compreende a agricultura familiar, a pluriatividade, a agroindústria familiar que será vista sob diversos aspectos e também as políticas públicas existentes. Para tanto, várias fontes foram pesquisadas, sendo que os principais autores utilizados nesse estudo serão citados no decorrer da pesquisa, além da utilização das legislações estaduais e federais pertinentes ao tema.

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A modernização da agricultura, nos anos 1960 e 1970, com a incorporação de pacotes tecnológicos advindos do modelo chamado de “Revolução Verde”, modificou a base técnica da agricultura brasileira, com fortalecimento do setor industrial (complexos agroindustriais ou *commodities*) onde se incentivou o uso de maquinários, fertilizantes, agrotóxicos, transgênicos, à produção em grande escala, a monocultura, o aumento da produtividade, da produção de alimentos, visando principalmente atender ao mercado externo. (PREZOTTO, 2002 e DAL SOGLIO, 2009).

Para Pies (2006, p. 104) a Revolução Verde “constitui-se num conjunto de ideias e práticas que tinha por objetivo implementar um processo produtivo visando a ampliação da produtividade das atividades agropecuárias”. Nessa época, Almeida (2009) afirma que com o aumento da industrialização e da produção voltada para a exportação, houve aumento das desigualdades sociais e de concentração de renda no campo, levando os agricultores familiares à marginalização, exclusão e ao êxodo rural consequentemente.

Nos anos 1990, a agricultura familiar começa a ser vista com outros olhos pelo governo federal, onde foram criadas políticas públicas direcionadas a esse setor. Segundo Schneider (2009), a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro estão relacionados à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Ainda para o autor,

Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta as pressões do movimento sindical rural realizada desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade (SCHNEIDER, 2009, p.36).

Cruz e Menasche (2009), também citam o PRONAF, como uma política pública importante como estratégia para geração de renda e melhoria de qualidade de vida para os agricultores familiares beneficiados. Ainda para as autoras, a produção, a agroindustrialização e a comercialização de alimentos por agricultores familiares têm sido estimuladas pelo governo federal, através destas políticas públicas, onde reconhece esta categoria como responsável por grande parte da produção agrícola brasileira.

Entretanto, a Agricultura Familiar foi reconhecida como categoria produtiva pelo governo federal, somente em 2006, através da Lei 11.326/06 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), onde que no seu artigo terceiro mostra os critérios a serem seguidos:

Art. 3º. Para efeito desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes critérios:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Nessa mesma Lei 11.326/06, no seu artigo 5º, para atingir os objetivos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, promoverá o planejamento e execução de várias ações em diversas áreas, inclusive na área da agroindustrialização (BRASIL, 2006).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar (conforme Lei 11.326/06), sendo que representava 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários, ocupando 80,25 milhões de hectares ou 24,3% do total da área ocupada por estes estabelecimentos. A média de área por estabelecimento considerados da agricultura familiar foi de 18,37 há (IBGE, 2006).

De acordo com Wanderley (2001, p. 21),

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. Mas sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Ainda para a autora,



A agricultura familiar entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 2001, p. 2).

De acordo com a FAO/INCRA (1996, p.4) a agricultura familiar é definida a partir de três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Nesse contexto,

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994, p.08).

Dessa forma, para Schneider (2003, p. 29),

A agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é na maioria composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva.

## 2.2 PLURIATIVIDADE

Nesta seção, foi abordado brevemente o conceito da pluriatividade, não sendo o foco principal do estudo, porém de relevância para a formação do referencial teórico e consequentemente para o andamento da pesquisa.

A pluriatividade, de acordo Schneider (2003), é a combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros da mesma família. Ainda para o autor, a pluriatividade é:

[...] como um fenômeno através do qual os membros das famílias dos agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a

moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p.91-92).

Schneider (2003, p. 33) diz que “uma agricultura cada vez mais multifuncional pressupõe a generalização da pluriatividade no espaço rural como forma de ampliar a sua função de geração de emprego e renda e ampliação das oportunidades ocupacionais”. Para o referido autor,

[...] a pluriatividade é uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. As variáveis e os fatores causais que tornam uma família pluriativa são diversos, começando pelo número de membros, idade média da família, condição socioeconômica, etc. (SCHNEIDER, 2003, p. 34).

Na visão de Conterato, Gazzolla e Schneider (2007, p. 31),

Pode-se considerar a pluriatividade, pelo exercício de atividades fora da agricultura, apresenta-se como uma estratégia importante para as famílias de agricultores familiares, principalmente aquelas excluídas do processo de modernização da agricultura.

Sendo assim, essas famílias elevam suas rendas consideravelmente, mais do que se fosse obtido somente nas atividades exclusivamente agrícolas.

Nascimento (2004, p. 3) define pluriatividade como:

O conceito de pluriatividade adota a família como unidade de análise introduzindo no centro das atenções as atividades não-agrícolas exercidas pelos membros da família – independente de serem desempenhadas dentro ou fora da exploração agrícola. O termo pluriatividade se refere a análise das atividades realizadas, em adição a atividade agrícola *Strictu sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Enfim, trata-se, grosso modo, da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior da unidade familiar - dentro ou fora do estabelecimento.

Para Wesz Junior (2009), os agricultores que possuem uma agroindústria familiar deixam de serem famílias somente agrícolas (que exercem somente uma atividade) e passam a serem famílias pluriativas. Nesse sentido, para o mesmo autor, a pluriatividade é mais complexa que a agroindustrialização, pois contempla a execução de várias tarefas diferentes.

### 2.3 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Nesta seção será abordado o tema agroindústria familiar em vários aspectos, desde o seu conceito (trazido por alguns autores e pela legislação), bem como os benefícios da agroindustrialização, dificuldades enfrentadas por este setor e aspectos relacionados a comercialização.

O conceito de Agroindústria Familiar é definido, segundo Pelegrini e Gazolla (2008, p.15) “como uma atividade de produção de produtos agropecuários com conseqüente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo nesse processo agregação de valor ao produto final”.

Para os mesmos autores, a diversidade de produtos que são processados pelos empreendimentos familiares e que geram a agregação de valor através das agroindústrias rurais é uma estratégia de desenvolvimento rural contundente, sustentável e viável para as famílias rurais como forma de mantê-las na atividade primária e de transformação de produtos (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008, p. 90).

Sulzbacher (2009), afirma que a produção artesanal de alimentos vem assumindo expressiva importância no espaço rural e está sujeita as diferentes formações sócio-espaciais. Nesse sentido a autora fala que, em geral, a agroindústria familiar rural pode-se relacionar como uma atividade que assume novas formas, remetendo ao saber-fazer cultural, ao tradicional processamento artesanal de alimentos, tão presente no espaço rural brasileiro.

Para Wilkinson (1998, p.4),

[...] a opção artesanal envolve uma relação de proximidade particular com o consumidor, uma vez que uma proporção importante deste mercado é trazida até a propriedade rural. Existe então uma pressão específica para que haja uma transparência nos processos produtivos que também serão consumidos como pré-condição para compra posterior dos produtos.

Segundo Mior (2005, p.191), “a agroindústria familiar é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte da sua produção, visando, sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Ainda para o autor,

A atividade de processamento de alimentos e matérias-primas visa prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorram geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico (MIOR, 2008, p. 2).

No que tange a formação das Agroindústrias familiares, essas podem ser desenvolvidas de forma individual ou associativa, nesse sentido, Maluf (2004, p. 303) afirma que,

O caminho mais adequado, embora não o único são as iniciativas autônomas dos produtores de elaborar ou de processar a matéria-prima agrícola, de forma individual ou associativa. Nos projetos associativos, coloca-se, ademais, a importância de preservar os vínculos estreitos entre produção da matéria-prima agrícola e a atividade de agregação de valor à mesma, pois o maior ganho gerado pela última pode dar origem a processos de diferenciação econômica entre agricultores envolvidos.

Nesta ideia, Mior (2008, p. 12), afirma que a “consolidação de uma agroindústria grupal (diversas famílias rurais, com algum parentesco ou não) passa pela mobilização de recursos sociais que estão heterogeneamente presentes nas comunidades rurais”.

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), existem no Brasil 34.829 agroindústrias que produzem pães, bolos e biscoitos; sendo que a predominância de produção ocorre na região sul com 31.877 estabelecimentos agroindustriais de panificados, representando 91,5% do total. Outro fato importante a ser destacado nesta pesquisa é que na região sul, as agroindústrias de panificados, em relação à origem da matéria-prima, em média, compram 52,3% do total da matéria-prima utilizada na produção (WAQUIL et al., 2013).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2004, p.11) “a Agroindústria familiar representa umas das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável”.

Dessa forma, para Sulzbacher (2009 p. 7), quando se refere à agroindústria familiar rural, entende-se como:

Uma infraestrutura locada no espaço rural, com função específica de processamento e/ou beneficiamento de produtos agropecuários (origem animal e/ou vegetal) oriundos da propriedade familiar, cuja relação de trabalho tenha por prioridade o emprego da força de trabalho familiar. A escala de produção da atividade deve apresentar sincronia entre a capacidade de produção de matéria-prima e de processamento (que está relacionada com a disponibilidade de força de trabalho familiar). Por fim, é conveniente que o interesse pela viabilização e ampliação da atividade, bem como sua legalização, tenha partido do grupo familiar, constituindo-se enquanto uma alternativa endógena, identificada pelos sujeitos sociais locais.

De acordo com Pelegrini e Gazolla (2008), “a agroindustrialização dos alimentos não pode ser entendida como sendo um fato em si, deve ser considerada como um processo que se relaciona à reprodução e sobrevivência do grupo que a pratica”. Ainda para os autores,

com o passar dos anos os métodos deste processo foram sendo aperfeiçoados e está relacionada à história humana e a reprodução social dos indivíduos, neste caso os agricultores familiares (p. 56-57).

Nesse sentido, as agroindústrias familiares tem papel importante no desenvolvimento rural, onde se mostram como alternativas para os principais problemas que afetam o meio rural e os agricultores familiares.

Em um estudo realizado por Wesz Junior, Trentin e Fillippi (2006, p. 6-12), demonstraram a importância e a representabilidade das agroindústrias familiares em prol do desenvolvimento sustentável dos atores nela envolvidos, através de números de diversas agroindústrias, em diferentes lugares, onde elencaram alguns pontos em que as agroindústrias familiares estão sendo fundamentais como, por exemplo: a elevação da renda familiar, diversificação e fomento das economias locais, adequação a estrutura agrária existente, valorização e preservação dos hábitos culturais, descentralizações das fontes de renda, estímulo da proximidade social, ocupações e geração de emprego no meio rural, redução do êxodo rural, estímulo ao cooperativismo e associativismo, valorização das especificidades locais, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais; mudanças nas relações de gênero e poder.

Para Prezotto (2002, p. 137), “a agroindustrialização é o beneficiamento dos produtos agropecuários e ou transformação de matérias-primas gerando novos produtos de origem animal ou vegetal, como por exemplo, leite em queijo e frutas em doces ou bebidas”.

Nesse estudo, o mesmo autor, frisa que a agroindustrialização de pequeno porte depende de um conjunto de ações e serviços públicos, com apoio de programas federal, estadual e municipal, e destaca principalmente:

A assistência e cooperação técnica em todas as etapas da cadeia produtiva, na organização social e na gestão do empreendimento; o resgate e geração de tecnologias adaptadas e adequadas às pequenas agroindústrias; estudos de mercado e mecanismos de apoio à comercialização, também os mercados institucionais (merenda escolar, hospitais, etc.); o crédito adequado e acessível; a implantação e/ou adequação da legislação e do serviço de inspeção sanitária, e de legislações tributária e ambiental; de acordo com a realidade da Agroindústria Rural de Pequeno Porte (ARPP) e da agricultura familiar (PREZOTTO, 2002, p.151).

Pelegrini e Gazolla (2008) discorrem sobre as dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias familiares e que, segundo eles, pode ser dividida em três grupos principais:

a) dificuldades de ordem legal, referente às leis sanitárias, tributárias, ambientais e previdenciárias; b) dificuldades estruturais, sobretudo, relativo ao capital de

investimento e comercialização; c) dificuldades de ordem organizacional referente às relações sociais e políticas (PELEGRINI e GAZOLLA, 2008, p.82).

Pelegrini e Gazolla, em sua pesquisa publicada em 2008, tendo como base os estudos da Caracterização e Análise das Agroindústrias Familiares da região do Médio Alto Uruguai (CAAF) em 2006, realizada pelos autores, demonstraram qual a origem da matéria-prima utilizada pelas agroindústrias pesquisadas. O referido estudo obteve os seguintes resultados: 45,30% das agroindústrias produzem sua própria matéria-prima; 12,26% das agroindústrias adquirem até 10% da matéria-prima de fora da propriedade; 5,66% das agroindústrias compram de 10 a 20% da matéria-prima de fora da propriedade; 8,49% das agroindústrias adquirem de 20 a 40 % da matéria-prima de fora da propriedade e 28,30% compram de 40 a 50% da matéria-prima de fora da propriedade. Isso pode ser visualizado na tabela 1:

<b>Origem da matéria-prima</b>	<b>Nº de agroindústrias</b>	<b>Percentual (%)</b>
Toda produzida na propriedade	48	45,30
È adquirida de fora da propriedade até 10%	13	12,26
È adquirida de fora da propriedade de 10% a 20%	6	5,66
È adquirida de fora da propriedade de 20% a 40 %	9	8,49
È adquirida de fora da propriedade de 40% a 50 %	30	28,30
Total	106	100

**Tabela 1: Origem da matéria-prima das agroindústrias familiares no CAAF (2006)**

Fonte: CAAF, 2006 apud Pelegrini e Gazolla, 2008.

Santos e Ferreira (2006), em um estudo realizado em mais de cem agroindústrias no Rio Grande do Sul, relataram as principais dificuldades enfrentadas por agroindústrias de origem animal e vegetal. As agroindústrias de origem vegetal apresentaram mais problemas relacionados à sazonalidade e a escassez de matéria-prima e as agroindústrias de origem animal em relação aos custos elevados e também a escassez de matéria-prima. As dificuldades em comum destacaram a falta de capital de giro, pequena margem de lucro, dificuldades de acesso a equipamentos adequados de processamento, falta de formação gerencial dos tomadores de decisão, além da restrição geográfica dos mercados atendidos (SANTOS e FERREIRA, 2006).

Badejo (2011, p.4) relata que “no setor agroindustrial, de maneira geral, os custos com as matérias-primas são muito expressivos na composição do custo total de produção”.

Ainda para o autor,

As agroindústrias familiares concorrem com grandes grupos detentores dos estoques mundiais de matérias-primas, que inovam constantemente em seus produtos e processos, que possuem marcas de grande prestígio, que dispõem de grandes verbas para suas propagandas e que adquirem matérias-primas com custos mais baixos em função de sua grande escala de produção. Mas, sobretudo, as agroindústrias familiares concorrem com as pequenas empresas que atuam na informalidade, oferecendo seus produtos a preços mais baixos e conseguindo, apesar disso, manter uma boa lucratividade em função da redução de custos com a sonegação dos encargos fiscais e trabalhistas e, em muitos casos, em função das economias oriundas de negligências higiênicas e sanitárias (BADEJO, 2011, p.4).

Dessa Forma, a agroindústria terá melhores condições de se sustentar em longo prazo se controlar efetivamente seus custos de produção, pois poderá definir assim suas estratégias para formação de preços de venda dos produtos agroindustriais (BADEJO, 2011).

Por conseguinte, de acordo com Badejo (2011, p.6), “a determinação acertada de valor e de preço também proporcionará satisfação tanto ao cliente quanto ao vendedor, pois ambas as partes buscam algum valor nas trocas”.

No que tange a comercialização, Révillon (2011, p.1) discorre que;

A maior parte dos produtos agroindustriais familiares são comercializados em venda direta para os consumidores, tanto na própria propriedade como em feiras e eventos (festas), pelos próprios membros da família o que denota a importância da organização do espaço rural e de suas extensões para o desenvolvimento de um posicionamento diferenciado na mente do consumidor: um consumo mais solidário, culturalmente consistente e, cada vez mais saudável e sustentável. Esses atributos parecem estar sendo consolidados na mente do consumidor como o conceito de “produto colonial” que representaria o produto das pequenas agroindústrias rurais.

Révillon (2011, p.2) relata que “a estratégia competitiva de diferenciação é aquela em que a empresa procura ofertar produtos singulares em alguns aspectos, com certo grau de diferenciação em relação aos produtos concorrentes, para mercados amplos”.

Ainda para o autor,

A estratégia de enfoque, geralmente, envolve a oferta de produtos diferenciados para um segmento específico de consumidores (também chamado nicho de mercado) que, por apresentarem preferências particulares, apreciam, e se dispõem a pagar mais por aqueles tipos de produtos (RÉVILLON, 2011, p. 2-3).

Gazolla (2008, p. 09) quando discorre sobre mercados existentes na comercialização da agroindústria familiar os descreve com base numa tipologia desenvolvida e os classifica em seis grupos de mercados da seguinte forma:

(a) os mercados institucionais (PAA e PNAE); (b) As cadeias curtas ou mercados de venda direta produtor – consumidores (vendas nas ruas, no trabalho, em casa, na própria propriedade, em feiras do produtor); (c) os mercados de eventos (feiras da agricultura familiar, festas e expo feiras); (d) as cadeias longas (vendas a supermercados, para intermediários e atacadistas distantes); (e) os mercados com pontos de venda formais (supermercados, bares, “bodegões”, restaurantes, cantinas) e; (f) os mercados de organizações sociais em redes (cooperativas, Recosol, quiosques, associações de agricultores).

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

A nível municipal existe uma política pública específica criada com intuito de beneficiar os agricultores familiares que quisessem criar ou formalizar a sua agroindústria familiar localizada no âmbito do município de Tiradentes do Sul/RS. O poder público municipal através da Lei municipal nº 607 de 07 de outubro de 2009, criou o Programa de Incentivo as agroindústrias familiares rurais, instituindo o Comitê Municipal de Fomento a Agroindustrialização (composto por sete membros de diversas instituições municipais), com o intuito de dar apoio e suporte técnico, além de outras ações fundamentais para o surgimento de novas agroindústrias e a manutenção das já existentes, através de incentivos financeiros (TIRADENTES DO SUL, 2009).

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul em relação às políticas públicas direcionadas as agroindústrias familiares, Santos (2013) fez um breve histórico, dizendo que no ano de 2000 foi promulgado o decreto-lei 40.079 que criou o Programa da Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul – “Sabor Gaúcho”, entretanto, nesta época, segundo o autor, esta proposta ficou limitada a um programa de governo. Somente em 2012, foi promulgada a lei estadual 13.921 de 17 de janeiro, que instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar no RS, onde que no seu art. 1º diz que,

Fica instituída a Política Estadual da Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade a agregação de valor à produção agropecuária, à atividade pesqueira e aquicultura e extrativista vegetal, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, à promoção da segurança alimentar e nutricional da população e ao incremento à geração de trabalho e renda (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Ainda nesta lei estadual 13.921, se define,



Agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal como sendo os estabelecimentos agroindustriais com pequena escala de produção dirigidos diretamente por agricultor (es) familiar(es) com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, cuja produção abranja desde o preparo da matéria-prima até o acabamento do produto, seja realizada com o trabalho predominantemente manual e que agregue aos produtos características peculiares, por processos de transformação diferenciados que lhes confirmam identidade, geralmente relacionados a aspectos geográficos e histórico-culturais locais ou regionais (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

No mesmo ano, em 2012, foi promulgado o decreto-lei 49.341 de 05 de julho (que revogou o decreto-lei 40.079 de 2000) e criou o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), instituindo o selo de marca de certificação “Sabor gaúcho”, onde segundo o manual operativo criado pelo governo estadual em abril de 2013 (RIO GRANDE DO SUL, 2013) este decreto-lei,

Oportunizará linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos; ampliará a participação dos agricultores familiares no PAA e PNAE; ofereça serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental com a disponibilização de perfis agroindustriais, layout de rótulos, entre outros; disponibilizará novos espaços de comercialização local e também apoiará feiras de expressão regional, estadual e nacional; a organização dos agricultores familiares em estruturas associativas e cooperativas será assistida; serão disponibilizados cursos de qualificação nas áreas de gestão, boas praticas de fabricação e processamento dos alimentos; assistência técnica para elaboração de projetos de regularização sanitária e ambiental; os Serviços de Inspeção Municipais (SIM) serão orientados quanto a sua implantação e adequação, bem como o acesso dos municípios ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI/POA, pertencente ao Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária – SUASA e ao Sistema Estadual de Sanidade Agroindustrial, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

O Manual operativo do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (RIO GRANDE DO SUL, 2013) impõe alguns critérios para a comercialização dos produtos agroindustriais com o bloco de produtor rural (modelo xv) onde que a agroindústria deve estar inclusa no Programa Estadual de Agricultura Familiar; o agricultor deve estar enquadrado como microprodutor rural nos termos da Lei Estadual nº 10.045/1993; que são aqueles que possuem até 4 (quatro) módulos rurais, estejam inscritos no Cadastro Geral do Contribuinte do Tesouro do Estado – CGC/TE e que tenham venda anual de até 15.000 Unidade Padrão Fiscal – UPF.

Dentre as políticas públicas criadas pelo governo federal em prol da agricultura familiar, podemos destacar além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PRONAF foi criado através do decreto nº 1946 de 28 de junho de 1996, onde diz no seu art. 1º que tem “a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável de segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e renda” (BRASIL, 1996).

O PAA foi criado em 2003, instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, sendo uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Dessa forma, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta ou compra direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL, 2003).

O PAA foi desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenadas pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios. O PAA foi implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A identificação é feita por meio de uma DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF (BRASIL, 2003).

No PAA, uma parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privado, permitindo maior agregação de valor aos produtos (BRASIL, 2003).

No PAA, compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual de oito mil reais e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais (BRASIL, 2003).

As prefeituras para participar do PAA devem habilitar-se através de edital público. Após a habilitação, devem apoiar a criação ou fortalecimento dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), visando ajudar os agricultores familiares na sua organização, fazendo a compra e a distribuição dos alimentos, cuidando da conservação e

preparo dos alimentos, além de identificar e indicar as famílias e entidades carentes que necessitem dos alimentos (CONTI, 2009).

Para Deves e Filippi (2008), o PAA visa à destinação de recursos para adquirir alimentos diretamente dos produtores, baseado em preços médios de mercado e no atendimento de necessidades locais, com prioridades para produtos locais e de valor agregado. Os autores afirmam que muitas políticas públicas como o PAA, são de caráter temporário, e inicialmente estimulam a agricultura familiar, buscando unir produção e consumo, sendo fundamental no sistema agroalimentar.

Em Tiradentes do Sul, o PAA começou a funcionar em 2006, através do esforço do grupo gestor formado por diferentes instituições do município, que buscaram junto CONAB as diretrizes necessárias para que o município conseguisse se habilitar neste programa. Após isso, vem funcionando desde então, sendo que anualmente este projeto é renovado através da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul (COPAFSUL), que é a cooperativa responsável no município pela construção do projeto, juntamente com o grupo gestor municipal. Para os agricultores familiares participarem do PAA e/ou do PNAE é necessário que os mesmos se associem a cooperativa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de alimentos destinados à alimentação escolar (BRASIL, 2009).

O PNAE surgiu na década de 1940, porém somente em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado (BRASIL, 2009).

Os beneficiários do PNAE são alunos da Educação Infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, da educação indígena, das áreas remanescentes de quilombos e os alunos da educação especial (BRASIL, 2009) e o programa tem por objetivo proporcionar um cardápio escolar que atenda as necessidades nutricionais dos estudantes na escola, contribuindo para a prática de hábitos alimentares saudáveis e o melhor desempenho do seu aprendizado (CONTI, 2009).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, é o responsável pela transferência de recursos aos estados e municípios, e tem a obrigação de dar o suporte técnico e administrativo (CONTI, 2009). A partir da Lei 11.947/2009, este programa obriga o município a comprar, pelo menos, 30% de toda a alimentação consumida nas escolas da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

No município de Tiradentes do Sul, há uma nutricionista responsável pela compra dos produtos da alimentação escolar, onde a mesma tem liberdade de escolher os produtos para a composição do cardápio escolar, sendo que nos últimos meses, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Tiradentes do Sul, 35 % dos alimentos comprados para a alimentação escolar são provenientes da agricultura familiar (TIRADENTES DO SUL, 2013).

### 3. METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Tiradentes do Sul-RS, na Agroindústria Familiar de Panificação da Esquina Limeira, localizada a beira da BR-468, distante 4 km da sede do mesmo.

A metodologia deste trabalho constitui-se em uma pesquisa exploratória baseado em um estudo de caso. Para Mattar (1996), a pesquisa exploratória pode ajudar o pesquisador a estabelecer as prioridades do estudo, mostrando aspectos ao longo da pesquisa que possam ser mais promissores que outros. Segundo o autor, os métodos empregados na pesquisa exploratória são muito amplos e versáteis. Para Gil (2008),

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nesta pesquisa (p.27).

Segundo Yin (1994), a estratégia de pesquisa denominada estudo de caso deve ser utilizada por pesquisadores que procuram responder às questões como e por que certos fenômenos acontecem, quando se persegue o foco de um evento contemporâneo e quando não se requer controle sobre o comportamento dos eventos. E Yin (2001) ainda caracteriza o estudo do caso, como:

(...) uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências (...) e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados (YIN, 2001, p. 32 -33).

A metodologia de pesquisa utilizada foi de caráter qualitativo. A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela envolve aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO & SANCHES, 1993).

Minayo (2011) relata que,

Entende-se por avaliação qualitativa aquela que busca analisar o papel das representações, das crenças, das emoções e das relações no andamento de um programa, projeto ou proposta de política pública ou institucional. A razão principal deste tipo de avaliação se fundamenta na certeza de que os valores, as injunções políticas e as relações humanas influenciam na realização dos projetos e programas (p.7).

O levantamento teórico foi feito através dos referenciais estudados durante o transcorrer do Curso de Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, encontradas na Plataforma Moodle, além de pesquisas na internet (Lume, Site IBGE, Google, etc.), publicações, livros, anuários de encontros científicos, consultas ao escritório municipal da EMATER e também as secretarias municipais do município de Tiradentes do Sul; sendo importantes ferramentas na pesquisa, contribuindo com elementos para a composição dos resultados e na interpretação dos mesmos.

Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as três agricultoras familiares proprietárias da agroindústria estudada. Foi utilizado na coleta de dados um formulário contendo um roteiro semi-estruturado, onde haviam perguntas fechadas que demandavam do entrevistado uma resposta direta e também perguntas abertas, que oferecia ao entrevistado a liberdade e espontaneidade nas respostas. Cada pessoa entrevistada teve seu formulário numerado um a três, para se caso fosse citado no trabalho, não pudesse ser identificado pelos leitores. O questionário aplicado teve as mesmas perguntas para todas as proprietárias da agroindústria. Para Gil (1999), o pesquisador pode intervir sempre que necessário, solicitando quando achasse pertinente, uma maior exploração na resposta do entrevistado. A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a março de 2013.

O formulário (Apêndice A) foi desenvolvido procurando englobar as perguntas pertinentes ao objetivo geral e conseqüentemente aos objetivos específicos da pesquisa. As perguntas foram feitas as proprietárias da agroindústria e objetivaram conhecer desde o histórico da criação da agroindústria de panificação; a estrutura física e os equipamentos existentes; se houve apoio do poder público municipal na sua criação; além da existência de assistência técnica. No decorrer do questionário ainda se perguntou sobre legalização da mesma, formas de comercialização, mão-de-obra existente, origem da matéria prima, como executam as tarefas, que tipos de produtos fabricam, possuem rótulos, como agregam valor ao produto final, qual a produção mensal, dificuldades enfrentadas, entre outras.

As observações realizadas pelo pesquisador durante as entrevistas, ou antes, do início das conversas, assim como percepções e indagações, foram registrados em diários de campo que se compõe no relato pessoal do pesquisador, bem como seus pontos de vista.

Foram tiradas fotografias da agroindústria estudada com autorização das proprietárias da mesma.

As análises dos dados foram realizadas de forma qualitativa. A análise qualitativa foi basicamente feita através da análise dos conteúdos das respostas das entrevistadas, com a descrição do que foi respondido pelas agricultoras familiares da agroindústria. As entrevistas foram realizadas separadamente e em planilhas separadas, nas visitas feitas à Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira.

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIRADENTES DO SUL – RS

O Município de Tiradentes do Sul localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pertence à zona fisiográfica nº 7 denominada Alto Uruguai, na Região Celeiro, distando por via rodoviária 498 km da Capital do Estado. A principal rodovia de acesso é a BR-468. Tem fronteira fluvial com a Argentina através do Rio Uruguai. A área do município de Tiradentes do Sul é de 234,48 km<sup>2</sup> e sua densidade demográfica é de 27,6 habitantes por km<sup>2</sup>. É um município de pequeno porte, com latitude 27°23'51" sul e longitude 54°05'02" oeste (TIRADENTES DO SUL, 2009).

O nome do município é uma homenagem cívica ao mártir da Independência "Tiradentes". O primeiro nome dado ao município foi Canafístula, que não era de agrado dos moradores. No dia 21 de abril de 1946, dia do aniversário do mais antigo morador foi inaugurada a primeira escola, reuniram-se os moradores quando então, num discurso improvisado num toco de grápia, Pedro Ervino Renz, primeiro serrador, sugeriu o nome de Tiradentes, pois lembrava um fato e um feito (TIRADENTES DO SUL, 2009).

Tiradentes do Sul limita-se ao norte com o município de Esperança do Sul e a República da Argentina; ao sul com o município de Crissiumal; a leste com o município de Três Passos e a oeste com a República da Argentina (TIRADENTES DO SUL, 2009).

A população do município é de 6.461 habitantes, sendo 4.363 habitantes do meio rural e 2.098 habitantes do meio urbano (IBGE, 2010), sendo formada por descendentes alemães, italianos e caboclos, onde que predomina a origem alemã na maioria das famílias. A emancipação do município se deu no dia 20 de março de 1992, sendo que antes pertencia ao município de Três Passos/RS.

Na figura 1, está representado o mapa do Rio Grande do Sul com destaque o município de Tiradentes do Sul; que é formado por cinco distritos, dentre eles: o distrito do Alto Uruguai, o distrito do Novo Planalto, o distrito de Lajeado Bonito, o distrito do Porto Soberbo e o distrito da Sede.





**Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque o município de Tiradentes do Sul.**

Fonte: Wikipédia, 2006.

Muitos fatores como altitude, latitude, proximidades com as águas do Rio Uruguai e com as grandes florestas, influenciam no clima de uma região. Baseados nestes fatores, o clima do Município de Tiradentes do Sul é caracterizado como ameno, sem calores e sem frios excessivos. De modo geral as chuvas são regulares. No entanto esporadicamente ocorrem deficiências hídricas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Normalmente no inverno ocorrem geadas leves, especialmente nos meses de junho e julho, sendo, raras, precoces e tardias ( TIRADENTES DO SUL, 2009).

A temperatura média anual do município é de 20°C e a precipitação pluviométrica média anual é de 1.700 mm. Os ventos são regulares e frequentes, predominando os de orientação norte (TIRADENTES DO SUL, 2009).

Nos meses de inverno ocorrem nevoeiros, uma neblina densa e rasteira que encobre parte da paisagem. Isto ocorre devido à localização próxima a Bacia do Rio Uruguai. Em consequência disso o sol só consegue aparecer perto do meio dia (CLIMA, 2011).

O relevo do município de Tiradentes do Sul apresenta-se medianamente ondulado em aproximadamente 50%. Torna-se acidentado com 30% a 45% de declividade em 42%, principalmente ao descer do nível dos rios e arroios que formam a Bacia do Rio Uruguai, restando apenas 8% de topografia semi-plana. A vegetação da área do Município de Tiradentes do Sul é a mata latifoliada subtropical. O solo encontrado na região é denominado latossolo, que predomina na maioria do estado do RS (TIRADENTES DO SUL, 2009).

O sistema hidrográfico é constituído por vários rios, como o Rio Uruguai (que separa o município da República Argentina), Lajeado Grande (faz a divisa com o município de Crissiumal), São Francisco (faz divisa com Esperança do Sul), Lajeado Caçador, Lajeado Sete Voltas, Lajeado dos Índios, Lajeado Canafístula, entre outros lajeados (TIRADENTES DO SUL, 2009).

O município de Tiradentes do Sul tem sua economia baseada na produção agropecuária, onde se destaca a bovinocultura leiteira, a produção de soja, de milho e de trigo, além da suinocultura e do fumo. As propriedades rurais, na sua maioria, pertencem á agricultores familiares que compõem uma estrutura fundiária de minifúndios com média 12,04 hectares por propriedade; totalizando 1.653 estabelecimentos rurais no município (EMATER, 2012).

Observa-se no quadro 1 a estratificação fundiária existente no município de Tiradentes do Sul - RS:

Área total (ha)	Nº. Imóveis	%	Hectares	%	Área média (ha)
Até 5	316	19,12	1.053	5,29	3,33
De 5 a 10	543	32,85	4.243	21,31	7,81
De 10 a 20	589	35,63	8.386	42,12	14,23
De 20 a 50	177	10,71	4.195	21,07	23,70
De 50 a 100	21	1,27	1.168	5,88	55,61
De 100 a 200	6	0,36	659	3,31	109,83
De 200 a 500	1	0,06	204	1,02	204
<b>Total</b>	<b>1653</b>	<b>100</b>	<b>19.908</b>	<b>100</b>	<b>12,04</b>

**Quadro 1: Estratificação fundiária do município de Tiradentes do Sul-RS**

Fonte: EMATER - Escritório Municipal de Tiradentes do Sul/RS, 2012.

Os dados do quadro 1 indicam que o município de Tiradentes do Sul existe o predomínio de pequenas propriedades rurais, onde 51,97% das propriedades possuem área total de até 10 hectares de terra e que 87,6 % dos agricultores possuem propriedades com até 20 ha.

De acordo com o Relatório Anual da Produção Primária do ano de 2012 do município de Tiradentes do Sul a distribuição da produção primária foi a seguinte: o leite “in natura” está em 1º lugar com 36,64%, a soja em 2º lugar com 28,43%, o fumo em 3º lugar com 13,31%, seguido respectivamente da venda de bovinos (11,5 %), o milho (4,36%), o trigo (3,92%), suínos (0,81%), entre outros produtos. (TIRADENTES DO SUL, 2012).

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem o intuito de contemplar os objetivos da pesquisa e, é composta por três partes distintas. Na primeira parte é realizada uma breve caracterização da agroindústria familiar de panificação estudada na pesquisa, levando-se em conta o tempo de existência da mesma; como surgiu a agroindústria familiar; aspectos ligados à legislação sanitária, ambiental e fiscal da mesma; infraestrutura e equipamentos existentes; bem como a origem da matéria-prima; mão-de-obra utilizada; assistência técnica recebida, a gestão financeira; além de aspectos produtivos da agroindústria. Na segunda parte, foram analisados os principais canais de comercialização dos produtos agroindústrias realizados pela agroindústria de panificação, bem como algumas estratégias utilizadas pela mesma. Na terceira parte, fez-se uma avaliação sobre a importância das políticas públicas para os agricultores familiares pertencentes à agroindústria pesquisada.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO DA ESQUINA LIMEIRA

A agroindústria de panificação escolhida para a realização do TCC se localiza na esquina Limeira no município de Tiradentes do Sul, conforme descrito anteriormente.

No ano de 2006, a agroindústria iniciou suas atividades, segundo as entrevistadas, quando quatro agricultoras familiares, amigas entre si, provenientes da agricultura familiar, começaram a pensar em alguma alternativa que pudesse aumentar sua renda familiar, melhorando conseqüentemente a qualidade de vida de suas respectivas famílias. Como todas as agricultoras faziam em suas casas pães, massas, cucas e bolachas; chegaram à conclusão de que poderiam se unir e fazer seus produtos num mesmo local. Daí surgiu à ideia de se formar uma agroindústria de panificação.

As quatro agricultoras familiares começaram a produzir seus produtos (informalmente) na casa de uma delas que possuía uma estrutura física melhor adequada, com alguns equipamentos básicos e necessários. A partir daí começaram a vender seus produtos primeiramente em casa, depois de porta em porta e também sob encomenda, sendo que, no ano de 2007, começaram a vender também para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, neste ano, se iniciava no município de Tiradentes do Sul/RS.

Em 2009, com o aumento da demanda e conseqüentemente da produção agroindustrial, as agricultoras familiares foram vendo a necessidade de possuir uma estrutura

física maior e que pudesse se adequar as legislações sanitárias, ambientais e fiscais que estavam sendo exigidas pelos órgãos competentes. A partir daí, buscaram auxílio da prefeitura municipal e também do escritório municipal da EMATER, pois existia uma escola municipal abandonada na localidade em que residiam e pensaram então na utilização deste prédio para a instalação da agroindústria.

Após várias reuniões a respeito do assunto, os técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente com autorização do prefeito municipal juntamente com os técnicos do escritório municipal da EMATER começaram a estudar a possibilidade de reforma do prédio. Sendo assim, essa equipe técnica foi em busca de orientações técnicas na 19ª Coordenadoria de Saúde de Frederico Westphalen, órgão esse responsável pela inspeção de produtos de origem vegetal da região. Posteriormente, os técnicos da 19ª Coordenadoria de Saúde vieram visitar várias vezes o local e passaram várias orientações técnicas necessárias a respeito da adequação do prédio existente para a instalação da agroindústria de panificação.

Após isso, então, iniciou-se a reforma do prédio através da prefeitura municipal, que custeou todos os materiais necessários, onde que a contrapartida das responsáveis pela agroindústria de panificação foi com o custo da mão-de-obra. Esses auxílios da prefeitura municipal se basearam na Lei municipal nº 607 de 07 de outubro de 2009 que criou o Programa de Incentivo as agroindústrias familiares rurais, onde que através de um Comitê Municipal de Fomento a Agroindustrialização (composto por sete membros de diversas instituições) o poder público municipal poderia repassar incentivo financeiro a Agroindústria em criação, segundo o Artigo 4º desta lei, de no máximo até 45% (quarenta e cinco por cento) do valor total do projeto, desde que se enquadrassem nos critérios do programa (TIRADENTES DO SUL, 2009).

Logo após a reforma, o prédio foi cedido às agricultoras familiares para a instalação da agroindústria de panificação na forma de comodato, por prazo indeterminado; onde foi feito um contrato de utilização do prédio entre a prefeitura municipal e as agricultoras familiares envolvidas neste processo. As agricultoras familiares integrantes da agroindústria estão associadas na Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul (COOPAFSUL), para que possam comercializar seus produtos para os mercados institucionais principalmente.

Após varias orientações concedidos pelos técnicos da 19ª Coordenadoria de Saúde, tanto na reforma do prédio, como nos equipamentos necessários para o funcionamento da agroindústria, além do apoio constante da prefeitura e do escritório municipal da EMATER; a

mesma estava adequada à legislação sanitária, obtendo assim o seu alvará sanitário no dia 19 de outubro de 2011, onde foi considerada apta, desde essa data, a comercializar seus produtos de panificação para todo o Estado do Rio Grande do Sul. Na figura 2, pode ser vista uma imagem da frente da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira.



**Figura 2:** Imagem da frente da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira  
Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

No ano de 2012, no dia 11 de outubro, a agroindústria de panificação conseguiu o cadastramento no Programa Estadual de Agroindústria Familiar da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo através do Departamento de Agroindústria familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA), sendo considerada uma agroindústria que processa artesanalmente produtos de origem vegetal.

Cabe ressaltar que a Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira conseguiu o seu licenciamento ambiental ou licença de operação do Programa Estadual de Agroindústria Familiar, instituído através do Decreto nº 49.341, de 05 de Julho de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), no dia 15 de fevereiro de 2013, segundo a entrevistada 1, através do encaminhamento do escritório municipal da EMATER junto ao DACA. Por ser agroindústria familiar foi beneficiada pela Resolução Conama N.º 385, de 27 de Dezembro de 2006 (BRASIL, 2006) que estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento

ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental de até 250m<sup>2</sup> de área construída.

Desde o início do ano de 2013, uma das integrantes da agroindústria de panificação pediu o seu afastamento, por problemas particulares, ficando então três mulheres como sócias e responsáveis pela mesma.

**Em relação à infraestrutura**, a agroindústria familiar de panificação está instalada num prédio onde existia uma escola municipal. À área total do prédio ou da antiga escola é de 120 m<sup>2</sup> que está construída em uma área de terra de 5.000 m<sup>2</sup>. A estrutura física (ANEXO 1), destinada para a agroindústria possui uma área total de 68,54m<sup>2</sup>, dividida da seguinte forma:

- Uma sala de processamento dos produtos com 34,22 m<sup>2</sup>;
- Um depósito de matéria-prima com 12,80 m<sup>2</sup>;
- Uma sala de depósito e expedição com 9,33 m<sup>2</sup>;
- Um banheiro e um vestiário com 4,22 m<sup>2</sup>;
- Um depósito de material de limpeza com 7,97m<sup>2</sup>.

Além disso, a agroindústria possui todas as paredes internas de alvenaria, de cor branca e lisa. O forro do prédio é todo revestido de PVC branco, sendo as portas e janelas providas de telas para evitar a entrada de insetos e moscas. A água utilizada na mesma é proveniente de poço artesiano e recebe tratamento de cloração.

**Os equipamentos utilizados** e a maioria dos materiais existentes para o funcionamento da agroindústria foram provenientes de uma padaria municipal que existia e que se encontrava fechada há alguns anos, onde então a prefeitura municipal, que era a responsável, fez a doação dos equipamentos e materiais com bom estado de conservação, para as mesmas. Outros materiais e equipamentos necessários foram adquiridos com recursos próprios ou através do PRONAF.

A agroindústria atualmente possui dois fornos industriais, dois fornos elétricos, duas mesas de inox, uma balança eletrônica, um congelador, uma pia de inox, uma máquina de sovar massa, além de vasilhas, talheres e outros materiais fundamentais para o funcionamento da mesma.

**O recebimento ou a compra da matéria-prima**, segundo a entrevistada três, ocorre geralmente uma vez por semana ou quando se fizer necessário. Neste recebimento as integrantes da agroindústria de panificação observam a qualidade, a quantidade e a validade da matéria-prima. A matéria-prima é armazenada em prateleiras ou em refrigeradores, sendo dividido cada qual num lugar separado. Outro fator importante destacado pelas entrevistadas da agroindústria é que a maioria da matéria-prima utilizada é proveniente da agricultura

familiar do município de Tiradentes do Sul, através do convênio existente com as cooperativas de produção, a Cooperativa Agro-pecuária Alto Uruguai Ltda. (COTRIMAIO) e a Cooperativa Triticola Mista Campo Novo Ltda. (COTRICAMPO) que beneficiam os produtos desses agricultores e posteriormente repassam para a agroindústria em questão.

Cabe frisar que a maioria da matéria-prima é adquirida de terceiros e chega a ser de mais de 50 % do total consumido, sendo pouco produzido nas propriedades rurais das agricultoras familiares da agroindústria, pois as mesmas possuem pequenas propriedades com média de 15 hectares de terra e plantam pequena quantidade de trigo (matéria-prima principal para a produção da farinha de trigo). Para Pelegrini e Gazolla (2008), a compra excessiva de matéria-prima no mercado local, pode haver uma elevação dos custos de produção, provocando um processo de vulnerabilização das unidades agroindústrias.

Os produtos ou matérias-primas mais utilizados na agroindústria de panificação, de acordo com as proprietárias são: a farinha de trigo, farinha de milho, amido de milho, ovos, manteiga, margarina, sal, açúcar, leite, fermento, entre outros.

A **mão-de-obra** utilizada na Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira é familiar, sendo à base do funcionamento da agroindústria. O principal trabalho desenvolvido é na produção, onde são processados os diversos produtos, sendo as atividades desenvolvidas as tradicionais de uma panificadora; como misturar, amassar, levar e retirar do forno, selecionar, embalar, rotular, etc. Geralmente, todo o trabalho existente na agroindústria de panificação é realizado pelas três proprietárias, nas diversas atividades que compõem o fluxograma de produção, sendo que todas as integrantes trabalham nos diversos setores existentes. Quando alguma das integrantes da agroindústria de panificação está na produção ou no processamento da matéria-prima usa roupas adequadas (brancas), com respectivas toucas e luvas (quando necessário). As agricultoras familiares da agroindústria geralmente trabalham de segunda-feira a sexta-feira, de seis a oito horas por dia.

As três integrantes que fazem parte da agroindústria de panificação são agricultoras familiares e sempre trabalharam no meio rural, onde realizam os afazeres de casa e auxiliam os maridos nos trabalhos diários da propriedade. As três famílias envolvidas diretamente na agroindústria são compostas em média de três pessoas, porém possuem baixo grau de escolaridade, com no máximo ensino fundamental completo. Com o aumento da produção na agroindústria de panificação as agricultoras passam a maior parte do seu tempo na produção agroindustrial.

A **assistência técnica**, de acordo com as entrevistadas, foi importante para a concretização desta realidade, ou seja, a criação da agroindústria de panificação. As mesmas



fizeram questão de frisar o apoio incondicional que tiveram e tem até hoje em relação a orientações técnicas, bem como oportunidades de treinamentos especializados provenientes dos técnicos da Secretaria municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente e também dos técnicos do escritório municipal e regional da EMATER.

A **gestão financeira** da agroindústria é realizada pelas próprias mulheres, em cadernos simples ou cadernetas, onde as mesmas anotam os custos de produção (luz, água, compra de matéria-prima, etc.) que agroindústria gera, entretanto ainda de forma muito precária, não se sabendo de forma clara o que realmente a agroindústria gasta e o que efetivamente sobra de lucro para cada componente da mesma. Mesmo assim, no final de cada mês fazem a divisão das sobras que acham conveniente para cada integrante.

**Os produtos agroindustriais** fabricados na agroindústria de panificação consistem basicamente em pães, massas, cucas, bolachas. O quadro 2 contém a relação dos produtos agroindustriais com suas respectivas produções mensais (Kg) e o preço por quilograma(R\$). Além disso, mostra a receita bruta mensal de cada produto.

<b>Produtos</b>	<b>Produção mensal (Kg)</b>	<b>Preço do kg (R\$)</b>	<b>Receita bruta mensal (R\$)</b>
Pão de Forma	200	6,50	1.300,00
Pão sovado	258	5,53	1.427,00
Bolacha Pintada	280	10,50	2.940,00
Bolacha s/ pintura	154	9,75	1.501,50
Bolacha s/ ovos	173	5,54	958,42
Bolacha de Manteiga	100	10,00	1.000,00
Biscoito de Milho	100	8,00	800,00
Cucas (vários sabores)	380	6,00	2.280,00
Massa Caseira	180	6,50	1.170,00
<b>Produção total</b>	<b>1.825</b>	<b>7,33</b>	<b>13.376,92</b>

**Tabela 2: Relação dos produtos, produção mensal, preço do Kg, receita bruta mensal da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira.**

Fonte: Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira, 2012 – adaptado pelo autor.

Analisando o quadro 2, pode-se observar que a produção mensal da Agroindústria de Panificação é de aproximadamente 1825 Kg de produtos diversos com média de preço de R\$ 7,33 por quilograma, totalizando R\$ 13.376,92 (receita bruta mensal), porém o que cabe

ressaltar é que a agroindústria de panificação possui uma diversidade de produtos, com preços diferenciados, procurando atender diferentes consumidores e de diversas classes sociais. Na seção seguinte serão mais detalhados os principais canais de comercialização da agroindústria estudada e os tipos de consumidores existentes.

## 5.2 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO DA ESQUINA LIMEIRA

Em relação aos principais canais de comercialização dos produtos da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira, as entrevistadas 1 e 3, foram bem objetivas dizendo que a agroindústria deve atender diferentes tipos de consumidores finais. Alguns dos públicos atendidos pela agroindústria são aqueles beneficiados pelos programas do governo federal ou mercados institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Os produtos agroindustriais comercializados a esses dois programas governamentais são transportados pelos maridos das integrantes da agroindústria (através de veículos particulares) normalmente uma vez por mês ao Salão Paroquial do município (onde ocorre a distribuição as famílias carentes beneficiadas pelo PAA) ou então para as escolas municipais; de acordo com a quantidade (kg) e valores determinados (R\$) anteriormente, através da intermediação da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul (COOPAFSUL).

Existem outros canais de comercialização importantes utilizados pela agroindústria de panificação, nos quais consistem na venda na própria agroindústria; a venda direta ou de porta em porta feita pelas próprias mulheres (normalmente todas as sextas-feiras), além da venda para os estabelecimentos comerciais e raramente as encomendas para festas. Segundo as entrevistadas, geralmente os consumidores atingidos por estes canais de comercialização são mais exigentes do que os consumidores dos programas governamentais, porém elas fizeram questão de salientar que a qualidade dos produtos é igual para todos os tipos de consumidores.

No Quadro 2, estão descritos os canais de comercialização realizados pela Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira.

<b>CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO</b>	<b>%</b>
Venda direta	22
Programas governamentais (PAA e PNAE)	56,20
Venda para estabelecimentos comerciais	5
Venda na própria agroindústria	16
Outros	0,8
Total	100

**Quadro 2: Canais de comercialização realizados pela Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira**

Fonte: Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira, 2012 – adaptado pelo autor.

Analisando o quadro 3 pode-se observar que o principal canal de comercialização da agroindústria de panificação é a venda para os programas governamentais ou mercados institucionais (PAA e PNAE) que totalizam 56,2 % . Em segundo lugar se encontra a venda direta (de porta em porta) com 22 %, seguido da venda na própria agroindústria com 16%, de 5 % na venda para os estabelecimentos comerciais e 0,8% para outros, que se referem a encomendas para festas.

Uma particularidade a ser destacada na agroindústria de panificação, segundo a entrevistada 2, é que elas por serem de origem alemã, preservam o saber-fazer local, através da utilização de receitas antigas provenientes de seus familiares (mães, avós), o qual se evidencia na produção final, com produtos diferenciados com sabor local, sendo uma das estratégias de comercialização e de diferenciação praticadas por elas. Para Révillion (2011), a diferenciação dos produtos agroindústrias reside na valorização de aspectos histórico-culturais relacionados aos processos e produtos envolvidos na oferta de alimentos.

As estratégias de comercialização da agroindústria têm muito a evoluir ainda, segundo a entrevistada 2, pois a única propaganda ou marketing realizado pela agroindústria até o momento é a propaganda boca a boca; entretanto, as agricultoras familiares esperam que a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Tiradentes do Sul (COOPAFSUL), na qual são sócias, possa facilitar esse processo através de uma melhor divulgação (marketing) e abertura de novos canais de comercialização; e não fique somente preocupada em intermediar a comercialização para os mercados institucionais (PAA e PNAE).

Os preços de venda dos produtos da agroindústria de panificação são calculados baseados nos custos de produção anotados nas cadernetas das integrantes da mesma e também nos preços dos produtos concorrentes observados no comércio local, e que segundo as entrevistadas, a margem de lucro ao produto final varia de 30 a 40 por cento . Entretanto, as

entrevistadas destacaram que os preços dos produtos vendidos ao PAA são determinados pela CONAB e os preços dos produtos destinados para o PNAE, são determinados pelo município juntamente com os produtores rurais ou agroindústrias envolvidas. Para Badejo (2011), a determinação adequada do valor e de preço do produto a ser vendido pelas agroindústrias pode proporcionar satisfação tanto ao cliente quanto ao vendedor, pois ambos buscam algum valor compensatório nas trocas.

Por se tratar de uma agroindústria familiar e estar cadastrada no Programa Estadual da Agroindústria Familiar, a venda dos produtos é feita através do bloco de produtor rural (modelo XV) o FUNRURAL (2,3%); porém quando necessita a intermediação da cooperativa local, a COOPAFSUL, paga 8% sobre o preço de venda para a mesma.

O estudo indica que a Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira depende consideravelmente dos mercados institucionais (PAA e PNAE), o que atualmente tem garantido à agroindústria estudada a maioria da comercialização dos produtos agroindustriais produzidos, ou seja, uma garantia de venda de produtos agroindustriais constante durante o período de vigência dos programas, o que por um lado é bom, por outro lado causa preocupação, pois caso termine estes programas, o que seria do futuro da agroindústria de panificação pesquisada? Esta dúvida pode ser relevante para a realização de novos estudos que abordem a parte econômica nos seus mínimos detalhes (custos variáveis e custos fixos, receita líquida, indicador de ponto de equilíbrio, etc.) além de novos estudos sobre as estratégias de comercialização que poderão possibilitar a abertura de novos mercados regionais e estaduais.

### 5.3 IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta seção serão discutidas as principais políticas públicas existentes a nível municipal, estadual e federal que foram e são importantes, principalmente, para os agricultores familiares envolvidos na Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira no município de Tiradentes do Sul-RS.

Pode-se observar que várias políticas públicas existentes e criadas em prol da agricultura familiar foram importantes para que as agricultoras familiares envolvidas na agroindústria pesquisada pudessem utilizá-las estes benefícios para a agroindustrialização, comercialização dos produtos agroindustriais e conseqüentemente para a melhoria de renda destas famílias.

Um das primeiras políticas públicas, a nível federal, importantes para as agricultoras familiares da agroindústria estudada foi o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que foi criado com intuito de possibilitar a utilização de linhas de crédito, a juros baixos e com prazo para pagar; onde possibilitou e possibilita até hoje a estas agricultoras familiares a utilização destes recursos para a criação e manutenção da agroindústria e futuramente, quem sabe, para a ampliação da mesma.

Outras políticas públicas a nível federal, que são de fundamental importância atualmente para a manutenção da agroindústria de panificação da Esquina Limeira, são os mercados institucionais (descritos anteriormente) o PAA e o PNAE; que proporcionam as agricultoras familiares envolvidas na agroindústria, a garantia de comercialização de seus produtos agroindústrias durante a vigência destes programas e conseqüentemente a garantia de uma renda familiar por um período determinado de tempo.

A nível municipal, a política pública principal existente foi através da lei 607/2009 que criou o Programa de Incentivo as agroindústrias familiares rurais, onde que o Comitê Municipal de Fomento a Agroindustrialização (composto por sete membros de diversas instituições), criado nesta lei, foi importante para dar apoio e suporte técnico as agricultoras familiares, tendo contribuído com a cedência do prédio e suporte financeiro de recursos municipais que possibilitaram a criação da agroindústria de panificação.

No âmbito estadual, pode-se destacar a Política Estadual de Agroindústria Familiar do RS, criada pela lei estadual 13.921/2012 que possibilita as agricultoras familiares da agroindústria de panificação a agregação de valor a produção agroindustrial e melhoria na geração de renda. Outra lei importante é o decreto-lei 49.341/2012 que criou o Programa Estadual da Agroindústria Familiar e instituiu o selo “sabor gaúcho” que oportuniza a estas agricultoras familiares (que já estão cadastradas neste programa), linhas de crédito a juros mais baixos, ampliação na comercialização para o PAA e PNAE, serviços de assistência técnica e criação de novos espaços de comercialização em feiras regionais, estaduais e federais e valorização da marca, etc.

Este indica que existem várias políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares e aqueles que possuem uma agroindústria familiar, aqui foram destacadas as principais políticas públicas que beneficiaram as agricultoras familiares da agroindústria de panificação pesquisada, através de recursos financeiros, agregação de valor dos produtos agroindústrias, a comercialização destes produtos em programas governamentais, como o PAA e PNAE e melhoria da renda das famílias destas agricultoras familiares.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o incentivo a criação de agroindústrias familiares no município de Tiradentes do Sul - RS pode ser considerado com uma estratégia social importante para oportunizar aos agricultores familiares existentes, a possibilidade de incrementar a renda familiar através da agroindustrialização, onde se pode agregar valor à matéria-prima e possibilitar a diversificação de produtos e conseqüentemente a manutenção dos agricultores no meio rural.

Cabe ressaltar que existem diversas instituições presentes no município de Tiradentes do Sul, que em conjunto com o poder público, estão incentivando e dando apoio para o surgimento de novas agroindústrias e também para a manutenção das agroindústrias já existentes. Essa mobilização ocorreu mais profundamente quando o poder público municipal criou a Lei 607/2009 e instituiu o Programa de Incentivo às Agroindústrias Familiares Rurais, através do Comitê Municipal de Fomento a Agroindustrialização, sendo formado por sete instituições públicas (EMATER, Secretarias Municipais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igreja Católica, entre outros).

Dessa forma, o presente estudo focou-se na caracterização da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira no município de Tiradentes do Sul, nos seus aspectos sociais, históricos e produtivos; analisando os canais de comercialização dos produtos agroindustriais existentes e também avaliando a importância das políticas públicas para os agricultores familiares envolvidos na agroindústria pesquisada.

Pode-se observar que a agroindústria estudada surgiu através do empenho de quatro mulheres (atualmente são três) que produziam em suas respectivas casas pães, bolos,ucas e massas, e buscaram apoio junto à prefeitura municipal de Tiradentes do Sul e ao escritório municipal da EMATER principalmente, onde conseguiram através da reforma de uma escola abandonada, cedida pelo poder público municipal, realizar o seu sonho de constituir a agroindústria de panificação.

A agroindústria pesquisada está na formalidade e possui alvará sanitário expedido pela 19ª Coordenadoria de Saúde de Frederico Westphalen desde 2011, possui licença ambiental e está cadastrada no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (umas das políticas públicas importantes existentes), onde pode vender seus produtos agroindustriais através do bloco de produtor e utilizar o selo “Sabor Gaúcho” (ainda não utilizado) que seria uma forma de valorização do seu produto (através da inclusão do selo no rótulo da mesma).

As proprietárias da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira realizam a gestão financeira, compra da matéria-prima, os trabalhos de elaboração e produção, além da comercialização dos produtos. Cabe ressaltar que a maioria da matéria-prima adquirida pela Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira é oriunda de terceiros e se justifica porque as agricultoras familiares envolvidas na agroindústria possuem pequenas áreas de terra e produzem pequena quantidade de trigo (que é o grão responsável para a obtenção da farinha de trigo, matéria-prima principal utilizada na agroindústria), entretanto essa dependência pode elevar os custos de produção.

Os produtos da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira são elaborados de forma essencialmente artesanal, onde se destaca a utilização de receitas tradicionais, mantendo as características histórico-culturais das famílias envolvidas, valorizando o “saber-fazer” local.

A comercialização dos produtos da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira é realizada através da venda direta, venda de porta em porta, venda para estabelecimentos comerciais e raramente venda para eventos ou festas. Entretanto, o que se observou na pesquisa é que a maioria da venda ou comercialização dos produtos da agroindústria estudada é direcionada para os programas governamentais ou mercados institucionais (PAA e PNAE), ou seja, 56,20% do total comercializado, o que atualmente é o que tem garantido a agroindústria estudada uma venda constante durante o período de vigência dos programas, o que por um lado é bom, por outro lado causa preocupação, pois caso termine estes programas, o que seria do futuro da agroindústria de panificação?

Em relação às políticas públicas existentes pode-se perceber que várias delas como o PRONAF, PAA e PNAE, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar; foram importantes para as agricultoras familiares integrantes da agroindústria de panificação, pudessem agregar de valor aos seus produtos agroindustriais, comercializar estes produtos agroindustriais em programas governamentais (principalmente o PAA e PNA) e melhoria da renda das famílias destas agricultoras familiares.

Dessa forma, a pesquisa realizada foi importante para ressaltar o enfoque sócio-cultural em que a agroindustrialização de produtos proporcionou aos agricultores familiares envolvidos na Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira de Tiradentes do Sul-RS, sendo relevante este estudo para os órgãos públicos existentes (Prefeitura Municipal, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Etc.) e também para academia. Entretanto, necessita-se de estudos mais aprofundados, principalmente no que tange aos indicativos econômicos (custos de produção, indicador do ponto de equilíbrio, viabilidade econômica,

etc.) para poder extrapolar os resultados obtidos para outras agroindústrias familiares do município e da região; contemplando assim a formação recebida no Curso PLAGEDER, onde os egressos devem compreender e atuar como agentes para o desenvolvimento rural local e regional.



## REFERÊNCIAS

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Agroindústrias Rurais Familiares: Estratégias de mercado na região do Corede Jacuí Centro – RS. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo**, Caxias do Sul, v. 3, n. 2, p. 191-200, jul. 2011.

ALMEIDA, Jalcione (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009.

BADEJO, Marcelo Silveira. Gestão e planejamento de organizações agroindustriais. **A gestão da produção agroindustrial e seus fatores estratégicos, 2011**. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=216851>> acesso em: 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Gestão e planejamento de organizações agroindustriais. **Gestão estratégica de custos em sistemas agroindustriais, 2011**. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=216852>> acesso em: 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Gestão e planejamento de organizações agroindustriais. **Análises mercadológicas e financeiras na formação dos preços de venda, 2011**. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=216854>> acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2013.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

\_\_\_\_\_, Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2006**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>> Acesso em: 09 abr. 2013.

\_\_\_\_\_, Merenda Escolar - **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 2009**. Disponível em: <[http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso\\_PNAE.pdf](http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf)> Acesso em: 12 mai. 2013.

\_\_\_\_\_, Resolução do Conama nº 386, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislacao/id4976.htm>> Acesso em: 05 abr. 2013.

CLIMA, **Faixas de precipitação anual, 2011**. Disponível em:  
<[HTTP://coralx.ufsm.br/ifcrs/clima.htm#chuva](http://coralx.ufsm.br/ifcrs/clima.htm#chuva)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CONTERATO, M. A.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric (Org.). **Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CONTI, I. L. **Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. **Das redes de Sociabilidade às relações de Mercado: Agricultores, intensificação da comercialização da produção e modos de vida em mudança**. In: IV Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, Mar Del Plata, 2009, Anais... Mar Del Plata/Arg, 2009.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Org.). **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DEVES, Otavio Diel; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **A segurança alimentar e as experiências das políticas agro-alimentares locais no fortalecimento da agricultura familiar**. In: IV Congreso Internacional de La Red Sial, Mar Del Plata, 2008. Anais... Mar Del Plata, Arg, 2008.

EMATER, Escritório Municipal de Tiradentes do Sul/RS. Relatório de estudo de situação, 2012.

FAO/INCRA. **Diretrizes da Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: UTF/BRA, 1994. (Versão resumida do Relatório Final do Projeto).

FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. 1996. Brasília. In: GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. (coord.). **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto**. 2000. Brasília, Convênio FAO/Incrá, INCRA.

GAZOLLA, Márcio. **Atores Sociais e novidades na agroindústria familiar rural: avançando no debate sobre os seus mercados, 2011**. Disponível em:  
<[HTTP://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa15/Atores\\_Sociais\\_e\\_Novidades\\_na\\_Agroindustria\\_Familiar.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa15/Atores_Sociais_e_Novidades_na_Agroindustria_Familiar.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2013.

GERHARDT, Tatiana E. ; Silveira, Denise T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 121 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa local social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006. Agricultura Familiar Primeiros Resultados. Disponível em:

<[HTTP://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agroepcuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agroepcuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2013.

\_\_\_\_\_ – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br/cidadessat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadessat/topwindow.htm?1)> Acesso em: 10 abr. 2013.

MALUF, R. S.  **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MATTAR, Fauze Najib.  **Pesquisa de Marketing,** São Paulo, ATLAS S. A, 1996.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O.  **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ. , Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MINAYO, M. C.  **Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação.** Sau. & Transf. Soc., Florianópolis, v.1, n.3, p.02-11, 2011.

MDA - MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, Secretaria da Agricultura Familiar.  **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares – 2003/2006. Brasília, 2004.** Disponível em: <<http://smap.mda.gov.br/documentos/Documento.aspx?IDDoc=4>> Acesso em: 15 mar. 2013.

MIOR, L.C.  **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: SC, Editora Argos, 2005, 338 p.

\_\_\_\_\_.  **Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil).** In: IV Congreso Internacional de La Red Sial, 2008, Mar Del Plata. Anais... Mar Del Plata, Arg, 2008.

NASCIMENTO, C. A.  **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas no Brasil: Significados e perspectivas.** IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlandia (MG), 2004, 25 p.

NEUMANN, Pedro Selvino *et al.*  **A Agroindústria familiar de vinho da região da quarta colônia do Rio Grande do Sul.** In: Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. Anais... Fortaleza/CE, 2007.

OLIVEIRA, J. A. V. et. al.  **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRRP) em Santa Catarina.** Florianópolis: CEPAGRO, 1999.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio.  **A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social.** Frederico Westphalen, RS: Ed. da URI, 2008.

PIES, Marcelino.  **Desafios à Agricultura Familiar na Construção de um Desenvolvimento Sustentável.** In: CONTI, Irio Luiz; PIES, Marcelino; CECCONELLO, Rene (Org.).  **Agricultura Familiar: Caminhos e Transições.** Passo Fundo. IFIBE, 2006.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.31, p. 133-153, abril de 2002.

REVILLIÓN, Jean Philippe Palma. **Restrições e alternativas para o desenvolvimento da agroindústria familiar no RS, 2011.** Disponível em:

<<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=15216>.> Acesso em: 12 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Do paradigma produtivista para a orientação para o mercado, 2011.** Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=15216>.> Acesso em: 12 mar. 2013.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, **Decreto nº 49.341, de 05 de Julho de 2012.** Disponível em: <[http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422162113dec\\_49.341\\_\\_cria\\_o\\_programa\\_estadual\\_de\\_agroindustria\\_familiar.pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422162113dec_49.341__cria_o_programa_estadual_de_agroindustria_familiar.pdf) > Acesso em: 27 abr. 2013.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, **Decreto nº 13.921 de 17 de Janeiro de 2012,** que instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar no RS. Disponível em:

<[http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422160038lei\\_13.921\\_institui\\_a\\_politica\\_estadual\\_de\\_agroindustria\\_familiar.pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130422160038lei_13.921_institui_a_politica_estadual_de_agroindustria_familiar.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar – Manual Operativo,** abril de 2013. Disponível em: <[http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130425142318manual\\_operativo\\_programa\\_estadual\\_de\\_agroindustria\\_familiar\\_\\_peaf\\_.pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20130425142318manual_operativo_programa_estadual_de_agroindustria_familiar__peaf_.pdf)> . Acesso em: 05 jun. 2013.

SANTOS, R.C.; FERREIRA, C. H. Caracterização de agroindústrias familiares localizadas na área de abrangência da mesorregião Grande fronteira do MERCOSUL. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Porto Alegre, v.2, n. ½, jan/ago 2006.

SANTOS, Renato Cougo dos. **Agroindústria Familiar Rural - Base Legal (aspectos tributário, previdenciário, sanitário e ambiental).** 2013. Disponível em:

<<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/area/agroindustria/Base%20Legal%20Agroindustria%20Familiar.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, n.51, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. A Pluriatividade na Agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

\_\_\_\_\_. A Pluriatividade na Agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SULZBACHER, Aline Weber. **Agroindústria Familiar Rural: Caminhos para estimar impactos sociais.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-25.

TIRADENTES DO SUL, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente. Plano ambiental municipal, 2009. 53 p.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Administração. Lei municipal nº 607 de 07 de outubro de 2009. Dispõem sobre o Programa Municipal de Incentivo as Agroindústrias familiares.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Administração. Relatório anual da produção primária do município de Tiradentes do Sul, 2012.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação. Dados obtidos sobre a compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE, 2013.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2º Ed. - Porto Alegre: BOOKMANN, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 1994.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo – RS: UPF, 2001.

WAQUIL, Paulo D. et. al. **O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: uma análise com base nos dados do censo agropecuário de 2006**. Brasília: IPEA, 2013, 78 p.

WESZ JUNIOR, V. J. **Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural?** Revista Mundo Agrário. V. 9, n.18, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. ; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais**. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza/CE, 2006. Anais... Brasília: SOBER.

WIKIPEDIA, **Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque o município de Tiradentes do Sul, 2006**. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul\\_Municip\\_TiradentesdoSul.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_TiradentesdoSul.svg)>

Acesso em: 05 jul. 2013.

WILKINSON, J. **Inovação agroindustrial na agricultura familiar e na reforma agrária do Brasil**. Debates CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

**APÊNDICE A** - Questionário aplicado às proprietárias da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira Tiradentes do Sul – RS.

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Escolaridade:

Componentes da família:

Principais atividades agrícolas:

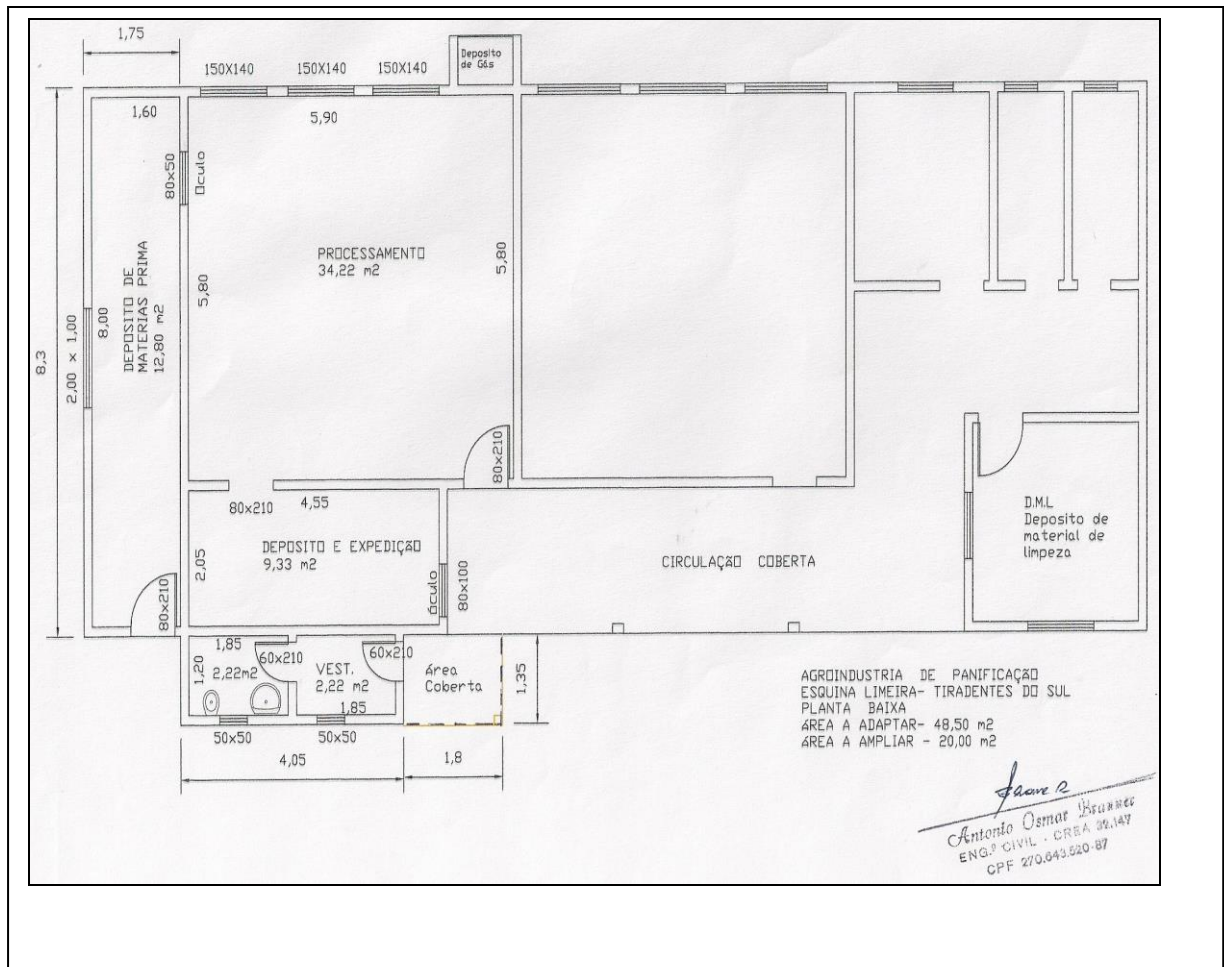
Área da propriedade:..... hectares

Localidade:

01. Como e quando surgiu a ideia da formação da agroindústria familiar de panificação? Descreva um breve histórico da agroindústria?
02. Quando iniciaram as atividades de produção na agroindústria de panificação?
03. As instalações e os equipamentos existentes na agroindústria são próprios? Quais as condições de uso?
04. Houve incentivo do poder público municipal para a formação da agroindústria?
05. Houve ou há algum tipo de assistência técnica (da prefeitura municipal e/ou EMATER) para com a formação e acompanhamento da produção na agroindústria?
06. A agroindústria está legalizada? Desde quando?
07. Antes da formação da agroindústria, produzia seus produtos onde? Havia comercialização dos mesmos?
08. A mão de obra é exclusivamente familiar ou é necessária à contratação de mão-de-obra terceirizada?
09. Qual a origem da matéria-prima utilizada na agroindústria?
10. Como são executadas as tarefas na agroindústria?
11. Quais são os produtos que a agroindústria de panificação produz?
12. Qual a produção mensal (em kg) da agroindústria?
13. Como é agregado valor aos produtos finais da agroindústria?
14. Como é realizada a comercialização dos produtos agroindustriais? Existe a venda direta na agroindústria?
15. Quem é o responsável pelas vendas na agroindústria?
16. Existe alguma Cooperativa que ajuda ou auxilia na comercialização dos produtos?

17. Como é realizado o transporte dos produtos da agroindústria para a comercialização (se comercializados em outros estabelecimentos)?
18. Os produtos possuem identificação (rótulos)?
19. Como é realizada a gestão na agroindústria? Quem faz? Como faz?
20. Qual a média da renda mensal da agroindústria? Acredita ser satisfatória? Como é feito este controle?
21. Quais são os custos da matéria-prima?
22. Quais são os custos de mão-de-obra?
22. Existem custos de instalação? Quais são?
23. Quais são os custos com infraestrutura? Luz, água, etc.
24. Qual a importância do PNAE e PAA para a agroindústria?
25. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela agroindústria?
26. O que poderia ser melhorado na agroindústria da agroindústria? Falta estrutura Física? Está no limite da produção?
27. Existe alguma política pública que incentivou a criação da agroindústria? Qual (is)?
28. Foi utilizado algum programa governamental na aquisição de equipamentos na agroindústria?
29. Qual o pensamento em relação ao futuro da agroindústria?

## ANEXO 1 - Planta baixa da Agroindústria de Panificação da Esquina Limeira



Fonte: Tiradentes do Sul, 2009.